

A COMUNICAÇÃO NOS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÕES URBANAS: entre memória e reconhecimento

[COMMUNICATION IN MOVEMENTS OF URBAN OCCUPATIONS: between memory and recognition]

Mariana Pitasse Fragoso

Resumo: Neste artigo refletimos sobre a comunicação produzida nos movimentos de ocupação urbana que têm como bandeira a luta pela moradia. Nosso objeto de estudo é a Ocupação Contestado, organizada pelas Brigadas Populares em São José, região metropolitana de Florianópolis, e a Ocupação 06 de abril de 2010, estruturada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em Niterói, no Rio de Janeiro. Nessas ocupações, inúmeros produtos de comunicação são desenvolvidos pelas organizações políticas que as estruturaram afim de apresentar os objetivos dos grupos, pedir socorro em momentos de emergência ou rememorar a trajetória das famílias que compõe os movimentos. Dessa maneira, pretende-se apresentar aqui algumas dessas estratégias de comunicação para discutir a maneira como são construídas, com base na memória e no reconhecimento.

Palavras-chave: movimentos sociais; moradia; MTST.

Abstract: The aim of the article is to reflect on the communication processes carried out in social movements of struggle for housing. In the “occupations” innumerable communication products are developed by the political organizations that structured the social movements in order to present the objectives of the groups.

Keywords: social movements; housing; MTST.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, surgiram no país diversos protestos manifestados através da ocupação de prédios ou espaços públicos¹, no entanto, é preciso esclarecer que não é sobre esses movimentos que trataremos neste artigo. As ocupações urbanas que nos referimos aqui são coordenadas por organizações políticas que tem por objetivo pressionar o poder público para a construção de projetos habitacionais de moradia popular.

¹ Como o OcupaMinc, OcupaSUS ou OcupaUERJ. Todos movimentos que reivindicavam suas demandas através de ocupações de prédios ou espaços públicos.

Estruturados desde o final dos anos 1980, com o período da redemocratização do país, os movimentos de ocupação urbana se mantiveram em evidência nos últimos anos, principalmente, com a criação da modalidade Entidades do Programa Minha Casa, Minha Vida². Trata-se de um grupo de famílias de baixa renda organizadas, a partir de uma metodologia desenhada preliminarmente pelas organizações políticas para conquistar a casa própria. Essa metodologia determina que elas montem seus acampamentos de lona, em terrenos em desuso, e que permaneçam nele até que consigam a negociação para construção de suas casas próprias.

Com muitas características em comum e outras distintas, a Ocupação Contestado, localizada em São José, região metropolitana de Florianópolis, Santa Catarina, e a Ocupação 06 de abril de 2010, em Niterói, no Rio de Janeiro, foram escolhidas como objeto de estudo para este artigo, que é fruto dos principais apontamentos desenvolvidos na dissertação de mestrado intitulada “A voz da comunicação: um meio forma de legitimação das ocupações urbanas”³.

As duas ocupações compõem movimentos maduros, mas com experiências recentes, datadas nos últimos seis anos. Constituem-se por aproximadamente 500 pessoas, com renda média mensal de um e meio salário mínimo, que reivindicam a casa própria para não mais pagar o aluguel que consome suas rendas.

Outro ponto em comum desses grupos é que são estruturados por organizações políticas apartidárias que reivindicam a reforma urbana. A Ocupação Contestado foi construída pelas Brigadas Populares (BP)⁴, como a primeira ocupação da organização política na região Sul do país, já a Ocupação 06 de abril de 2010 foi organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)⁵, também como a primeira atuação da organização política na cidade de Niterói.

² Programa de construção e financiamento de moradias, criado em 2009 pelo governo Lula (2003-2010), foi ampliado por Dilma Rousseff (2011 - 2016).

³ Dissertação defendida em março de 2017, no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense. Seus principais apontamentos foram apresentados no V Colóquio de Economia Política da Comunicação e da Cultura (V CEPCC) e IV Encontro do EMERGE, em outubro de 2018, na Fundação Casa de Rui Barbosa.

⁴ Organização política, sem vínculos partidários, com atuação vários estados brasileiros desde 2011. A principal frente de trabalho a Reforma Urbana, em que trabalham estruturando ocupações com famílias de baixa renda junto ao Movimento Popular Urbano. Além dessa frente, as Brigadas atuam em outras cinco: Mulheres, Comunicação, Formação, Juventude e Antiprisional.

⁵ Organização de luta pela moradia mais conhecida nacionalmente, o MTST foi fundado em 1997. Como organização autônoma, atua com princípios e programa próprios. Atualmente, o movimento se consolida em oito estados brasileiros.

Além desses traços, as ocupações apresentam características de formação e luta próprias - que assinalam seus membros como um só grupo. Então, no embate para se estabelecerem publicamente, os movimentos precisam apresentar uma identidade coletiva. Para isso, a comunicação inserida pelas organizações políticas MTST e Brigadas Populares, e utilizada como meio de divulgação e representação dos movimentos em vários momentos de sua trajetória, é principal ferramenta legitimadora dos membros dessas ocupações como um coletivo com objetivos definidos.

Dessa forma, a produção de comunicação nas ocupações está diretamente relacionada à formação política⁶ desses grupos. Distribuída entre variadas plataformas e suportes, os produtos de comunicação estão presentes nas camisetas, nas faixas, na promoção de eventos das ocupações, na escolha de seus nomes, e também em veículos formais de representação como os jornais impressos. A comunicação desponta como um instrumento que conta a história das ocupações, divulga suas conquistas ou pede socorro em momentos de instabilidade.

Vale destacar que ao construir uma linguagem própria, os produtos de comunicação constituem-se não apenas como instrumentos acessórios, mas principalmente como meio de produção, divulgação e mobilização das lutas, mudanças, conquistas e derrotas, além de trabalhar para manutenção e segurança das ocupações. Nesse sentido, a comunicação é apresentada como meio pragmático de luta política das ocupações no ambiente interno, ao fortalecer as relações do grupo, e externo, ao apresentar publicamente seu espaço na esfera pública⁷ (HABERMAS, 2003). Neste artigo, portanto, vamos discutir o papel da comunicação para os movimentos de ocupação urbana que têm como bandeira a luta pela moradia.

⁶ Vale lembrar que o papel político da comunicação nos movimentos sociais não foi inaugurado nos movimentos de ocupação. Esse tipo de estrutura persiste como instrumento histórico das organizações políticas de esquerda. No início do século XX, Lênin (1978) já destacava o jornal como instrumento de coesão política e ideológica, que trabalharia para estruturar, no tempo e no espaço, a ação partidária e de massas.

⁷ A esfera pública, para Habermas, representa uma dimensão do social que atua como mediadora entre o Estado e a sociedade, na qual o público se organiza como portador da opinião pública. Mas para que a opinião pública seja formada, tem de existir liberdade de expressão, de reunião e de associação. Por conseguinte, o acesso a tais direitos deve ser garantido a todos os cidadãos.

2 A COMUNICAÇÃO NAS OCUPAÇÕES URBANAS

Desde a construção da Ocupação Contestado, em novembro de 2012, até o encerramento da pesquisa de campo⁸ feita para a dissertação que originou este artigo, em novembro de 2016, foi possível notar um vasto material de comunicação produzido no meio online e offline. Entre eles, jornais, panfletos, cartazes, fotos, páginas nas redes sociais e site. Com a análise desse material foi possível desenvolver os apontamentos que compõe este artigo.

O primeiro deles é que sua comunicação é produzida, principalmente, a partir do surgimento de demandas. Em um primeiro momento, quando o grupo ocupou o terreno em que se encontra hoje, a comunicação foi utilizada como instrumento de divulgação de urgências do grupo, como ameaças de despejo e a necessidade de doações, nomeado nesta pesquisa de “período emergencial”. Na chegada do primeiro aniversário da ocupação, a organização política colocou em prática alguns projetos de comunicação através de estratégias de manutenção da memória coletiva - destacado como “período planejado”.

Com o passar dos anos, há um distanciamento entre a organização política e os membros da ocupação. Esse movimento fica evidenciado na produção de comunicação, que deixa de ser desenvolvida por um intervalo de quase um ano. Retomada em novo “período emergencial”, a comunicação assume o poder de denúncia, quando a polícia começa a invadir a ocupação para violentas investidas. Em seguida, é acionada para retomar as relações com os membros da ocupação, inaugurando novas ações de um “período planejado”.

Portanto, a comunicação na Ocupação Contestado oscila entre períodos planejados e outros emergenciais. Os períodos planejados são aqueles que a organização política tenta estruturar a produção de comunicação em torno de objetivos específicos, como comemorações de aniversário da Ocupação Contestado ou

⁸ A pesquisa de campo foi feita com base na observação participante e entrevistas semiestruturadas, realizadas durante visitas às ocupações. No caso da Ocupação Contestado, a partir de viagens realizadas em novembro de 2015 e setembro de 2016. Além disso, também foram retomados alguns materiais coletados em janeiro de 2014, para a monografia “As contribuições da comunicação no processo de construção de identidade da Ocupação Contestado”, defendida em junho de 2014, como trabalho final da graduação em Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Já na Ocupação 06 de abril de 2010, os dados foram coletados em visitas aos acampamentos, enquanto estavam erguidos, em agosto de 2015. Também durante as assembleias, depois da desocupação, realizadas ao longo do ano de 2015 e 2016.

a necessidade de fortalecer as relações entre os militantes e os membros da ocupação. A comunicação é usada como mecanismo de organização da memória coletiva do grupo ou para retomar laços entre a organização política e membros da ocupação. Já nos períodos emergenciais, a comunicação denuncia ameaças de despejo e casos de abuso policial e têm maior repercussão. No entanto, se torna enfraquecida quando as demandas urgentes se atenuam.

A comunicação na Ocupação 06 de abril, por sua vez, que também é composta por jornais, panfletos, cartazes, fotos, páginas nas redes sociais e site, foi pensada antes do movimento se formar. Baseada em experiências anteriores do MTST, a comunicação é recriada pela organização política a partir de modelos já desenvolvidos em outras ocupações.

Vale destacar que a organização das famílias da ocupação 06 de abril em acampamentos durou apenas um mês, porém, a espera pela construção do projeto habitacional dura mais de três anos e exige que o grupo continue em contato para organizar manifestações em torno de seu objetivo: a casa. A comunicação, nesse sentido, aparece como o elo de ligação, que informa, mobiliza e tenta criar uma unidade entre o grupo de famílias que formou a Ocupação 06 de abril.

Podemos notar que a comunicação desenvolvida pelo MTST faz parte do método de estruturação da organização política. Por isso, a comunicação do movimento é também a comunicação institucional do MTST. Nesse sentido, há um modelo definido pela frente de comunicação da organização política que a divide em duas vertentes: a comunicação interna e a comunicação externa.

A comunicação interna tem caráter local e é feita por meio de panfletos, jornais, redes sociais e mensagens de celular. Ela tem por objetivo a organização pontual de manifestações, reuniões e de informar o andamento das negociações, entre o movimento e o poder público, para construção das moradias. Já a comunicação externa é produzida para apresentar a trajetória de famílias que compõem as ocupações e o histórico do MTST ao público em geral. É um cartão de apresentação da organização política, que detalha seu método de trabalho, de forma didática, com objetivo de formar militantes e apresentar o posicionamento do MTST.

3. A COMUNICAÇÃO COMO MEIO DE LEGITIMAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO URBANA

A partir desses apontamentos iniciais, é possível perceber que comunicação nas ocupações cumpre o papel de projetar uma imagem pública às ocupações como movimentos formados por uma parcela marginalizada da população para reivindicar moradia. Também aponta o MTST e as Brigadas Populares como organizações políticas de esquerda que pautam a discussão sobre o direito à cidade e a forma desigual que os centros urbanos são estabelecidos no Brasil.

Dessa maneira, a comunicação serve como meio de divulgação do trabalho desenvolvido pelas organizações políticas e também como forma de legitimar o lugar que as organizações e os movimentos ocupam no cenário político. Podemos notar ainda ao longo da pesquisa que originou este artigo que a comunicação nas ocupações urbanas é desenvolvida a partir de dois pilares: a memória e a comunidade de interesses que a consome.

3.1 Memória coletiva

Utilizada como instrumento para manter ou até mesmo fortalecer as relações entre as famílias que compõem as ocupações, a memória é ferramenta indispensável para as organizações políticas que coordenam esses movimentos. A memória construída, segundo Michel Pollak (2012), só é possível a partir de um processo de enquadramento, um trabalho desenvolvido, principalmente, por movimentos, partidos e organizações políticas. Por meio da comunicação, o MTST e as Brigadas Populares contam e recontam a trajetória de formação das ocupações para que as pessoas não se esqueçam porque fazem parte desses movimentos.

No caso específico da Ocupação Contestado, esse enquadramento da memória é exercício constante das Brigadas Populares. As estratégias de comunicação planejadas pela organização, em especial, dias de reunião, datas comemorativas e outras festas são eventos compartilhados com pessoas de fora da ocupação. Dessa maneira são atividades especialmente pensadas como um referencial da memória coletiva.

Uma explicação para isso pode ser desvelada por David Lowenthal (1988). Segundo o autor, a memória transforma acontecimentos públicos em experiências

pessoais. Isso faz com que as memórias sejam validadas, como se tornassem, de fato, mais legítimas. Nesse sentido, relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos, confirma o que somos.

Na verdade, precisamos das lembranças de outras pessoas, tanto para confirmar as nossas próprias quanto para lhes dar continuidade. Ao contrário dos sonhos que são absolutamente particulares, as lembranças são continuamente complementadas pelas dos outros. Partilhar e validar lembranças torna-as mais nítidas e estimulam sua emergência; acontecimentos que somente nós conhecemos são evocados com menos segurança e mais dificuldade. No processo de entrelaçar nossas próprias recordações dispersas em uma narrativa, revemos os componentes pessoais para adequar o passado coletivamente lembrado e, gradualmente, deixamos de diferenciá-lo (LOWENTHAL, 1998: 81).

Além dos eventos e comemorações, a memória também é trabalhada pelas Brigadas Populares nas edições do jornal chamado “Contestado Vive”⁹, que exibem como conteúdo principal um texto que relembra porque a ocupação se formou. No site e nas redes sociais, algumas atualizações também remontam a trajetória das famílias através de fotografias, vídeos e postagens de textos que informam encontros, eventos e atividades na Ocupação Contestado.

Todas as iniciativas de comunicação planejadas pelas Brigadas Populares remontam a memória coletiva. O enquadramento da memória funciona, primeiramente, pela identificação dos membros da ocupação como parte de um grupo com histórias semelhantes.

No caso da Ocupação 06 de abril, a memória também é trabalhada pelo MTST nos produtos de comunicação interna. O principal deles é o “Livro de Memórias”¹⁰, que conta a trajetória da Ocupação Zumbi dos Palmares¹¹, afim de remeter a história de um movimento bem-sucedido que conseguiu o que reivindicou: a construção das casas por meio do programa Minha Casa, Minha Vida.

⁹ O jornal “Contestado Vive” pode ser considerada como a principal estratégia de comunicação criada pelas Brigadas Populares na Ocupação Contestado. Com tiragem de 4 mil exemplares, a primeira edição foi impressa com recursos arrecadados em alguns sindicatos, parceiros do movimento, da região metropolitana de Florianópolis. Composto por quatro páginas coloridas, impressas em papel couchê, o informativo funcionou como um panfleto com notícias da ocupação e, também, como um meio de representação formal que determina uma identidade pública para o grupo. Até 2016, teve em torno de quatro edições impressas.

¹⁰ É um álbum, de capa dura, e folhas de plástico flexível, que encapam um material selecionado sobre a Ocupação Zumbi dos Palmares, como fotografias, recortes de jornal e textos.

¹¹ Ocupação formada por cerca de 500 famílias, com o apoio do MTST, em 31 de outubro de 2014, em um terreno, que servia de depósito de entulho, na região do Jardim Catarina, bairro da periferia da cidade de São Gonçalo (RJ).

Além do Livro de Memórias, as faixas, cartazes, as manifestações também têm como objetivo colocar a memória em primeiro plano. Um tipo de identidade que não parece ser pré-estabelecida, mas construída através das experiências do grupo. O jornal “O Formigueiro”¹² também traz em suas narrativas algumas referências à história de formação da Ocupação 06 de abril, lembrando o período em que as famílias estiveram acampadas no território ocupado.

David Lowenthal (1988) lembra que o papel da memória é também estabilizar um fluxo de experiências e produzir uma unidade, não apenas num nível prático e instrumental, mas também no nível psíquico. Para ele, a “perda de memória destrói a personalidade e priva a vida de significado” (LOWENTHAL, 1988, p. 83). Lembrar, desta forma, é dar sentido à existência e situar-se enquanto indivíduo no mundo. Para o autor, da mesma forma que organiza a identidade individual, a memória coletiva serve de fundamento para identidades “associativas duradouras”.

Portanto, a memória não só funciona para que histórias das famílias que compõem as ocupações sejam enquadradas como um grupo de pessoas que se reúnem para conquistar seus espaços de moradia através de um movimento de resistência. A memória é também o meio através do qual a comunicação se legitima como importante instrumento dentro das ocupações.

Ao estabelecer uma memória coletiva através dos produtos de comunicação, além da organização e enquadramento das lembranças das famílias que formam as ocupações, há também a reafirmação dos objetivos do movimento. Nesse sentido, a memória trabalha não só para enquadrar o discurso das organizações políticas, mas também para ratificar o contexto em que se estabelece as ocupações.

É através da memória que as famílias que compõem as ocupações têm suas histórias determinadas. Principalmente os que chegaram anos depois das ocupações dos terrenos. Eles espelham-se na memória coletiva, que conta a narrativa sobre construção dos barracos, da cozinha coletiva, das ameaças de despejo. E é a partir dessa memória, que não faz parte necessariamente da trajetória dos novos membros

¹² O jornal foi criado como informativo diário durante a Ocupação Zumbi dos Palmares e teve sua estrutura melhorada na Ocupação 06 de abril, com criação de uma logo e um modelo de diagramação. Além disso serviu de modelo para a atuação do MTST em outros estados, já que edições do jornal “O Formigueiro” passaram a existir em ocupações de Fortaleza, Porto Alegre e Recife.

da ocupação, que eles contam também as suas histórias. A memória, portanto, é trabalhada para manter vivo o propósito de o grupo existir: a casa própria.

3.2 Comunidade além do território

Outra característica importante é que a comunicação produzida pelas organizações políticas no âmbito das ocupações é acessada por quem compõe o movimento, mas também por aqueles que não fazem parte dele. Principalmente quando se trata da comunicação externa, do MTST, e da comunicação emergencial, das Brigadas Populares. Criada, especificamente, para alcançar um público diferente dos membros das ocupações, essa comunicação não atinge qualquer pessoa do ambiente exterior às ocupações, mas sim aquelas que tem alguma relação com a reivindicação dos movimentos.

Essa comunidade de interesses comuns é formada no entorno das ocupações e também das organizações políticas. Ao acessar a comunicação, essa comunidade legitima a atuação das ocupações 06 de abril e Contestado e também do MTST e das Brigadas Populares.

O desafio surge quando se tenta definir “comunidade” a que estamos nos referindo. Por isso, é necessário revisar o conceito a partir de alguns autores. Na sociologia clássica de Ferdinand Tönnies (1942) e Martin Burber (1987), a comunidade aparece como uma realidade intrínseca à vida humana, onde o homem se constrói e se fortalece como ser social. No entanto, na perspectiva contemporânea, comunidade adota outras variadas compreensões.

Em primeiro lugar, como lembra Nicholas Jankowski (2002), comunidade é frequentemente associada com a uma região geográfica, seja ela um bairro, uma vila ou uma cidade. Contudo, para o autor, o conceito de comunidade pode ultrapassar o aspecto geográfico, e tratar das “comunidades de interesse”, como ele classifica as comunidades que podem estar geograficamente dispersas, mas que reúnem seus membros em torno de interesses culturais, sociais ou políticos comuns.

Pode-se dizer com segurança que o conceito de comunidade é tão central nos estudos sobre a internet realizados atualmente, quanto nos estudos realizados nos primeiros anos da sociologia como disciplina acadêmica. Estima-se que a

principal diferença esteja no que se pretende destacar: antes era o espaço geográfico; agora, o sentimento de coletividade (JANKOWSKI, 2002, p.37).

Jankowski acredita na desterritorialização crescente das relações sociais devido ao crescimento dos deslocamentos e ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Ele traz a perspectiva de comunidade na cibercultura e em sua colocação é válido destacar a presença mais abrangente, que possibilita a formação de grupo com uma “cauda-longa” de informações, no caso, uma comunidade cada vez mais filtrada e focada em interesses em particular.

No entanto, não devemos esquecer que, enquanto interpretamos as comunidades apenas a partir do que há em comum, elas também expressam diferença. Segundo Nemésio Amaral Filho (2009), o problema é que toda denominação de comunidade é uma generalização e, por isso, também é um reducionismo. Para ele, o que parece ser um fator característico de determinado grupo comunitário torna-se particularmente perigoso quando grupos “socialmente desfavorecidos, subalternizados, aceitam a carapuça conceitual de ‘minorias’ ou de ‘excluídos’ e não se atêm a consciente armadilha social que os quer atrás de fronteiras discerníveis para ‘os de fora’ e, desta maneira, mais efetivamente controláveis” (AMARAL FILHO, 2009, p: 254).

Mesmo levando em consideração a perigosa compreensão de que o espaço comum, pode ser também o espaço de diferenciação social, sobretudo se for ocupado pelos mais pobres, não estamos tratando dessa questão em específico, ainda que esperamos não a perder de vista. De modo geral, como lembra Amaral Filho, quando falamos em comunidade estamos nos referindo a um certo espaço de atuação, que pode ser tanto físico como simbólico. Tratamos de pertencimento, de elementos em comum que formam determinada comunidade.

Em perspectiva bastante otimista, Raquel Paiva (2013) define por “comunidade gerativa” aquela experiência capaz de tirar sujeitos da indiferença e inseri-los em práticas capazes de fazer frente ao esfacelamento do social. Para a autora, essa noção diz respeito a vinculação entre sujeitos em que o propósito maior é efetivamente seu desenvolvimento organizativo em harmonia com o contexto histórico e social de seu tempo.

Pode-se conceber a existência de uma alternativa que se apresenta como projeto político, ecológico, existencialista – no entendimento da convivibilidade necessária entre os povos – e também como projeto de vinculação identitária e educacional. “Comunidade gerativa” designa o conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) que podem ser executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos. A proposição parte da evidência de que o horizonte que caracteriza a sociedade contemporânea – a falência da “política de projetos”, a forte tônica individualista e cosmopolita, além da excessiva presença da violência nas relações sociais – acaba por impulsionar a busca de alternativas (PAIVA, 2013, p. 250).

Em trabalho anterior, a autora já havia tratado comunidade como uma relação social em que existe a possibilidade de participação nas decisões que o grupo deve tomar, vigiando o direito de ser consultado, de formular propostas, sob a base da cooperação. Para ela, “solidariedade é, em termos de comunidade, uma verdadeira estratégia dos que, para viverem na escassez ou à margem, constroem um saber particular de convivalismo e de experiência local” (PAIVA, 1998, p.11).

Dessa forma, é nesse lugar do comum, em que os canais de solidariedade estão expressos, que a comunicação encontra espaço para reproduzir seu conteúdo e ser acessada por pessoas além das que formam os movimentos de ocupação. Pessoas que creditem importância à reivindicação da moradia ou que concordem com a diretriz das organizações políticas. Há, portanto, a criação de uma comunidade, por onde a comunicação se propaga, que não está necessariamente circunscrita ao território.

Em perspectiva inversa a esse movimento, a pesquisadora Sônia Aguiar (2015), delimita justamente à territorialidade o desenvolvimento da mídia local. A autora resgata o conceito de região e escala geográfica para tratar sobre os contextos locais e regionais da comunicação, do jornalismo e dos sistemas de mídia. Ela acredita que com a internet há desenvolvimento da comunicação local, através de websites, redes sociais, blogs e rádios comunitárias online. No entanto, a autora garante que esse conteúdo só é acessado por quem está próximo do território informacional, como cidades ou bairros vizinhos.

Há, de fato, uma relação estabelecida no território, que a comunicação se apropria para se propagar. Essa noção se aplica ao território em que a Ocupação Contestado está circunscrita, mas não para a Ocupação 06 de abril, que não está mais restrita a um espaço físico. Outras pessoas que acessam os produtos de comunicação do MTST e das Brigadas Populares também não estão incluídas ou próximas das

ocupações. Nesse sentido, a comunicação ultrapassa o território circunscrito no espaço geográfico.

Ao analisar as iniciativas de midiativismo nas redes sociais, Dênis de Moraes (2007) pode perceber que “ambientes compartilhados favorecem convívios participativos e reciprocidades. Em distintas escalas e intensidades, as redes podem ativar conexões, simbólicas e solidárias, de sujeitos e atores coletivos” (MORAES, 2007, p.3). Para ele, o processo de formação identitária dos sujeitos envolvidos no processo acontece de maneira dialética entre as lógicas éticas e culturais que compartilham entre si. Então, o autor aponta que uma aproximação momentânea, por uma causa específica, pode se desdobrar em vínculos mais duradouros através dos novos meios de comunicação tecnológicos e que contribuem para reunir e potencializar vozes que abarcam um conjunto de reivindicações.

Justamente a partir da rede de apoio que se forma no entorno das ocupações que as relações de comunidade são desenvolvidas. De modo geral, essa rede de apoio é estruturada, quando as famílias ocupam os terrenos, por um grupo de pessoas que querem ajudar a erguer o movimento. A rede de apoio dá assistência de várias maneiras: através de doações, auxiliando no desenvolvimento de alguma atividade nas ocupações, denunciando casos de abuso policial ou da vizinhança, demonstrando apoio para fortalecer os movimentos. Ao longo do tempo, essa rede de apoio ajuda a criar um canal de solidariedade, uma comunidade de interesses, principalmente no âmbito online, que consome os produtos de comunicação das organizações políticas e das ocupações.

Ainda segundo Moraes, essas iniciativas de comunicação que ocupam a rede (webmídias) com conteúdo de resistência funcionam na perspectiva de serem elementos essenciais na disputa da hegemonia, mas não substituem os espaços tradicionais e históricos de disputa da luta política e social. Ainda é no espaço físico de mediação social, onde as relações são vivenciadas “que se travam e se travarão as lutas decisivas por uma outra comunicação e um outro mundo possíveis” (MORAES, 2007, p.17).

Em consonância, Maria da Glória Gohn (2013) lembra que no meio popular encontramos inúmeras iniciativas de movimentos e entidades na busca pela publicização de suas demandas, apoios ou versões dos fatos. Nesse sentido, os espaços

comunicacionais são estratégicos ao movimento, para publicizar suas demandas e buscar algum espaço contra-hegemônico.

Podemos dizer, portanto, que a atuação da comunicação das ocupações urbanas no âmbito online, e também físico, se dá porque seu conteúdo é acessado por um grupo de pessoas. Essas pessoas formam uma comunidade de interesses em comum. Nesse caso, o comum é o apoio à reivindicação pela moradia feita pelos mais pobres. Os principais produtos de comunicação acessados dizem respeito aos períodos de emergência da Ocupação Contestado, no ambiente online, e da comunicação externa estruturada pelo MTST, em livros, revistas, também no site e redes sociais.

Ao consumir a comunicação produzida pelos movimentos de ocupação, portanto, essas comunidades de interesses legitimam o discurso produzido pelas organizações políticas. Através da comunicação acessada por esse grupo de pessoas, as ocupações urbanas passam a existir, ter objetivos e demandar determinadas questões. Também recebem ajuda, quando necessário ou tornam-se referência de resistência. As ocupações, portanto, são legitimadas na comunicação através das comunidades de interesses.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, refletimos sobre uma comunicação que se forma no interior de movimentos sociais urbanos que reivindicam moradia: as ocupações urbanas. Uma comunicação que assume a posição de ser porta voz de um grupo heterogêneo e apresentar sua imagem pública, ainda que não seja construída por ele. Uma comunicação que se coloca no lugar de resistência mesmo não se identificando com as definições entorno de comunicação popular, comunitária ou alternativa. Uma comunicação que serve não só ao projeto das organizações políticas, mas também aponta para uma forma singular de produção em espaços periféricos.

Não foi uma preocupação desse trabalho procurar um termo que desse conta de representar a comunicação produzida nas ocupações urbanas como comunitária, popular ou alternativa. Entendemos ao longo dessa pesquisa que mais importante do que nomear esse tipo de comunicação, é compreender como ela funciona. Perceber todas as brechas expostas na sua produção e apontar, a partir de uma análise crítica e detalhada, seu método de desenvolvimento.

Vale lembrar também que a comunicação nas ocupações cumpre o papel de criar novos canais e divulgar conteúdos que não estão em pauta na grande mídia. Portanto, contribui para que assuntos que dizem respeito a questão da moradia no país tenham visibilidade através dos canais dos movimentos ou se tornem pauta em alguns veículos alternativos.

Para Cecília Peruzzo (2009), a comunicação dos movimentos sociais, uma vez apanhada em sentido geral, – ou seja, não restrita a movimentos populares específicos, mas englobando aquelas manifestações de organizações correlatas ou de outros atores coletivos atuantes no mesmo universo de preocupações e tendências políticas e ideológicas –, cumpre importante papel na sociedade, ao estabelecer conteúdos democráticos.

Ainda que a compreensão da autora seja mais positiva do que consideramos a partir deste artigo, acreditamos que a comunicação nas ocupações tem sua importância marcada ao pautar a questão da moradia, o direito à cidade e a desigualdade social expressa na maneira como as cidades brasileiras são organizadas.

Em última análise, vale ressaltar que os discursos a respeito das ocupações Contestado e 06 de abril de 2010 apresentam novas opções de narrativas, diferentes das veiculadas tradicionalmente na mídia, apontando, assim, formas de resistir ao atual panorama de desigualdades. Essas novas opções narrativas dizem respeito à diversidade de formas que a comunicação assume nos espaços periférico, garantindo a necessidade de estudá-las mais profundamente e tentar entender seus impactos e suas potencialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, Nemesio C. *As perigosas fronteiras da “comunidade”*: um desafio à comunicação comunitária. In: - Revista Científica de Información y Comunicación 2009, v. 6, p. 253-263.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BUBER, Martin. *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOHN, Maria da Glória. *Lutas pela moradia popular*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALBWACKS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

JANKOWSKI, Nicholas W; *Creating Community with Media: History, Theories and Scientific Investigations*. In Handbook of New Media: Social Shaping and Consequences of ICTs: Londres, 2002.

FELIX, Carla Baiense. *Entre Discursos: Mídia e Subjetividade nos Espaços Populares*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

FRAGOSO, Mariana P. *A voz da comunicação: um meio formal de legitimação das ocupações urbanas*. Mestrado em Mídia e Cotidiano. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

_____. *As contribuições da comunicação no processo de construção de identidade da “Ocupação Contestado”*. Monografia apresentada como trabalho final do curso de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

MORAES, Dênis. *Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas*. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, vol. IX, 2007.

_____. *Ciberespaço e Mutações Comunicacionais*. 2002. Disponível em: <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1596.html>.

PAIVA, Raquel. (org). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

_____. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

PERUZZO, Cíclia. *Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas*. Revista Fronteiras, 2009.

_____ *Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. XXIX, Brasília, 2006.

_____ *Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço*. Revista Galáxia, São Paulo, 2009.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, vol. 5, n.10. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

_____ *Memória, silêncio e esquecimento*. In: Estudos Históricos, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

SOBRE A AUTORA

Mariana Pitasse Fragoso

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense (UFF), é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) e possui graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, ambos na mesma instituição. É também integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia do Direito e das Moralidades (GEPADIM), vinculado ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP/PPGA/UFF), e colaboradora do jornal *Brasil de Fato*. E-mail: mariana.pitasse@gmail.com.